

Stella Florence – *Eu me possuo*

São Paulo: Panda Books, 2016

Paula Queiroz Dutra¹

O mais recente romance de Stella Florence, intitulado *Eu me possuo* e publicado pela editora Panda Books (2016), aborda a violência contra a mulher ao tratar de um estupro ocorrido no final da adolescência e perpetrado por um pretendente da protagonista. Nesse romance voltado para o público jovem, Florence mantém o humor que parece caracterizar a sua produção, mesmo ao tratar de um tema tão delicado e caro às discussões feministas como é a questão da violência sexual.

Se a violência contra a mulher é um dos temas mais prementes da atualidade, tendo em vista as estatísticas que revelam a persistência da violência de gênero no mundo, ainda há muito que falar sobre os tipos de violências que sofremos. Um dos problemas centrais ao se falar de violência é seu próprio conceito, e o desconhecimento sobre o que de fato essa palavra abarca muitas vezes impede o reconhecimento da violência em si, tanto por parte da vítima como por parte do agressor.

Ao propor uma discussão sobre o estupro e a cultura do estupro, o romance de Stella Florence, *Eu me possuo* (2016), surge em meio a um cenário de ausências, tanto na abordagem do tema na literatura brasileira contemporânea quanto em sua observação por parte da própria crítica literária. O romance narra a história de Karina, uma estudante universitária que foi estuprada pelo seu pretendente no que seria sua primeira relação sexual. Sem compreender direito o que lhe ocorreu, Karina procura a avó, com quem conversa sobre o assunto, rompendo a barreira do silêncio que aprisiona tantas sobreviventes, e encontra o apoio de que necessita para reconhecer a violência sofrida e se libertar da culpa que sentiu. Anos depois, a memória dessa noite ressurgiu com o retorno do rapaz, com quem a personagem volta a conversar, e que até então não estava ciente de que havia estuprado a garota.

Em *Gênero, patriarcado e violência*, a socióloga Heleieth Saffioti comenta que, de forma geral, a violência tende a ser compreendida como “a ruptura de qualquer forma de integridade da vítima:

¹ Doutoranda em literatura na Universidade de Brasília (UnB), Brasília, DF, Brasil. E-mail: gpaulad@gmail.com

integridade física, psíquica, sexual, moral” (2004, p. 18). Saffioti, no entanto, problematiza o uso desse conceito, uma vez que o mesmo fato pode ser compreendido como violência ou não por diferentes mulheres, o que dificulta ainda mais seu enfrentamento, já que a visibilidade da violência passa por uma conscientização de toda a estrutura patriarcal que alimenta e se alimenta da própria subordinação das mulheres. Para Saffioti, é importante compreendermos a violência contra a mulher como uma grave violação dos direitos humanos.

Para pensarmos a violência contra a mulher, no entanto, é preciso esmiuçar esse conceito e compreender a amplitude de sua atuação, uma vez que são muitas as formas de violência que nos atingem. Segundo Saffioti (2004, p.75), o termo violência de gênero, mais amplo e geral, abarca a violência sofrida tanto por homens quanto por mulheres em virtude de seu gênero. Apesar de ser frequentemente usado como sinônimo de violência doméstica e violência familiar, esses outros conceitos seriam subcategorias do próprio conceito de violência de gênero. De acordo com a Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, violência doméstica seria “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (Brasil, 2006, p. 1). A lei também informa que essa violência pode acontecer dentro ou fora do espaço doméstico, por pessoas próximas à vítima ou não, independentemente de sua orientação sexual, reconhecendo, por fim, que a violência contra a mulher é uma das formas de violação de direitos humanos. A violência familiar, por sua vez, seria aquela perpetrada por familiares da vítima, dentro ou fora do espaço doméstico, em qualquer época de suas vidas. Já o termo violência contra a mulher, cunhado pelo movimento feminista nos anos 1970, implica um posicionamento político, ao focar na violência de gênero, seja ela a violência física, sexual, moral, emocional ou patrimonial, sofrida pelas mulheres em virtude de seu gênero.

É importante observar que um tipo de violência quase nunca ocorre de forma independente, havendo sempre uma superposição de violências (Schraiber et al., 2005). No entanto, como observado por algumas teóricas como Carine Mardorossian (2004), a violência sexual parece continuar a ser o tema tabu dos estudos feministas, sendo difícil de mensurar também nas próprias estatísticas. Por se tratar de um tema

delicado, tende a ser ocultado pelas vítimas, as quais, mesmo sem nenhuma culpa, sentem-se de algum modo responsáveis pelo ocorrido. Em *Eu me possuo*, a protagonista Karina leva algum tempo para perceber que ela foi mais uma vítima da violência de gênero e que nada do que ocorreu naquela noite foi sua culpa.

Heleieth Saffioti (2004, p. 28) chama a atenção para o fato de que “os condicionamentos sociais induzem muitos a acreditar na incontrollabilidade da sexualidade masculina”, o que atua de forma significativa na naturalização da violência e em sua invisibilidade. Saffioti (2004, p. 89) destaca ainda que as mulheres são socializadas para conviver com a impotência; os homens, por sua vez, são preparados para o exercício do poder, já que têm sua imagem sempre associada à força e à virilidade. Assim, um homem pode praticar atos violentos diante de uma situação em que se sentir impotente, como o momento em que uma garota se recusa a ter com ele relações sexuais – como ocorre no romance em questão – ou quando uma mulher quer romper um relacionamento afetivo, como acontece em muitos dos casos de agressões registrados diariamente em todo o país.

O trecho a seguir, no qual Karina reflete sobre o medo comum às mulheres de sofrerem algum tipo de violência simplesmente por serem mulheres ilustra um dos momentos em que essa violência sistêmica é evidenciada:

“É doloroso viver com medo”, outra frase de *Blade Runner* que sempre voltava a sua mente. Sim, Karina sabe como é viver com medo. Qualquer mulher sabe. As ruas não nos pertencem: obedecemos a um eterno toque de recolher. Metrô e ônibus nos acoçam enquanto nos transportam. Tribunais de Justiça nos constroem enquanto nos defendem. E até o vento, quem diria, pode nos amedrontar. Sem diminuir o ritmo da caminhada, ela pega na mochila um casaquinho de tricô, veste-o e começa a puxá-lo para a frente numa nova tentativa de se esconder. Mas ventos, Karina sabia, são como estupradores: não fazem acordos (Florence, 2016, p. 31).

A própria definição do estupro, como aponta Rita Laura Segato em *Las estructuras elementales de la violencia*, pode variar em diferentes leis e países. Por isso, a antropóloga opta por definir a violação como o “uso e abuso do corpo do outro, sem que este participe com intenção ou vontade comparável” (Segato, 2003, p. 22). Analisando as dinâmicas psíquicas, sociais e culturais da violação, Segato contesta a ideia de que esta seja

uma consequência de patologias individuais ou um resultado automático da dominação masculina exercida pelos homens, defendendo a ideia de que a violação, ou seja, o estupro é “uma espécie de mandato, uma condição útil à reprodução da economia simbólica do poder, cuja marca é o gênero. Trata-se de um ato necessário nos ciclos regulares de restauração desse poder” (Segato, 2003, p. 13), afirma a autora, destacando que o estupro está presente em épocas históricas e culturas diferentes, formando um núcleo sempre presente na história das relações de gênero, que se confunde com a própria história da nossa espécie. Observando que o dispositivo da violência tem dois eixos fundamentais – um vertical, que trata da relação do violador com a sua vítima e outro, horizontal, que trata da relação do violador com seus pares –, Segato (2003, p. 14) salienta que, em grande parte das análises, o eixo vertical tem sido hipervalorizado, ao passo que o eixo horizontal, que demonstra a relação de fraternidade entre os homens e sua importância na manutenção da ordem de gênero tem sido pouco explorado. Esse aspecto também se apresenta no romance de Stella Florence, que não explora em mais detalhes a conduta masculina em seus relacionamentos afetivos. Como afirma a antropóloga:

A condição de iguais que torna possível as relações de competição e aliança entre os pares resulta de sua demonstrada capacidade de dominação sobre aqueles que ocupam a posição mais frágil ou mais fraca na relação de *status* (Segato, 2003, p. 14).

Ainda assim, o romance abre espaço para discutirmos a cultura do estupro, tão presente em nossa sociedade, e demonstra a importância de educarmos também os homens sobre o assunto. Se as mulheres sentem dificuldade em reconhecer as violências sofridas por conta dos papéis de gênero a elas atribuídos, o mesmo acontece com muitos dos homens, que reproduzem um sistema opressor sem questioná-lo e também sem reconhecer que eles próprios são muitas vezes os agressores, como demonstram estudos como o de Lia Zanotta Machado (1998).

É nesse ponto que o livro apresenta seu melhor elemento: uma carta escrita por Karina para seu estuproador quando este a convida para sair novamente com o intuito de se desculpar por seu “erro” do passado. O poder da palavra que Karina assume nesse momento final é o ponto alto da narrativa, pela possibilidade de esclarecer sentimentos complexos que ficaram mascarados ao longo dos anos e de discutir a questão do estupro em primeira pessoa, pela perspectiva de uma mulher sobrevivente. O “se

possuir” do título fica representado nesse momento em que a personagem assume o controle pelos seus sentimentos, seu corpo e sua dor, ao se dirigir ao seu agressor por meio da carta, em primeira pessoa, para falar da violência sofrida.

Do ponto de vista da representação, é importante que se apresente no romance uma imagem positiva da sobrevivente como alguém que consegue se recompor e superar o trauma vivido, sem, no entanto, esquecê-lo, e também com novas possibilidades de se relacionar e continuar a viver. Além disso, ao trazer como protagonista uma jovem de vida comum, o romance consegue evidenciar que a violência de gênero ignora fronteiras, classe social, raça/etnia ou cultura, atingindo um número significativo de mulheres diariamente, sendo majoritariamente perpetrada por pessoas com quem a mulher mantém relações afetivas ou familiares.

Outras formas de violência também são evidenciadas pela narrativa de Florence, como é caso da violência simbólica sofrida pelas mulheres em relação aos padrões sociais impostos sobre seus corpos, e de como isso afeta a visão que muitas mulheres têm de si. A relação das mulheres com seus corpos, principalmente com o corpo gordo, é um tema já abordado por Florence em outras obras. *Só saio daqui magra* (Florence, 2012) e *Hoje acordei gorda* (Florence, 1999) discutem o discurso dominante que aprisiona as mulheres em padrões de beleza inatingíveis, ainda que o tom humorístico usado para tratar do corpo obeso reforce, em alguns momentos, a gordofobia vigente em nossa sociedade.

Justamente para problematizar o humor utilizado por Florence ao tratar do corpo gordo ou obeso, ainda que o politicamente correto pareça ser uma das preocupações do romance, com grande destaque para a função didática, retomo aqui o conceito de patriarcado apresentado por Rita Segato (2003, p. 14), que o define

como pertencendo ao estrato simbólico e, em linguagem psicanalítica, como a estrutura inconsciente que conduz os afetos e distribui valores entre os personagens do cenário social. A posição do patriarca é, portanto, uma posição no campo simbólico, que se transpõe em significantes variáveis no curso das interações sociais. Por essa razão, o patriarcado é, ao mesmo tempo, norma e projeto de autorrepresentação e, como tal, seu plano emerge de um escrutínio, de uma escuta etnográfica demorada e sensível às relações de poder e sua, às vezes, *imensamente sutil expressão discursiva* (Segato, 2003, p. 14, tradução e grifo nosso).

Como observado por Georges Vigarello (2012, p. 10-12) em *As metamorfoses do gordo*, nem sempre o corpo gordo foi estigmatizado como ocorre nos dias de hoje, sendo valorizado na Idade Média como sinal de poder e ascendência. Com o tempo, as normas nas sociedades ocidentais passaram a ser cada vez mais exigentes em relação à aparência pessoal e corporal, refletindo também as desigualdades de gênero entre homens e mulheres na medida em que as cobranças em relação ao corpo feminino são muito mais severas.

No caso da personagem Karina, o desconforto em relação ao próprio corpo e o aumento de peso podem não apenas evidenciar a opressão simbólica contra o corpo feminino, mas também ser a demonstração de um sintoma comum em mulheres vítimas de violência, como observado por Patrícia Jacob (2009), ou como a própria Florence coloca: “uma tentativa de ficar invisível”. Ficar invisível como forma de se proteger de novas violências ou de ocultar o trauma vivido, ou ambos. Essa relação com o corpo gordo pode ser observada no trecho a seguir:

Embora estivesse com pressa, havia algo que dificultava enormemente os passos de Karina: o vento. Aquele vento contínuo grudava as roupas em seu corpo, expunha suas vergonhas ao mundo, mostrava cada dobra, cada banha, cada palmo de pele recheada de gordura. Ela puxou a blusa branca para a frente: uma, duas, três vezes... é inútil. Sob a vontade do vento, a blusa acabava por se colar novamente ao corpo. Aquele maldito vento fazia com que ela se sentisse constrangedoramente nua (Florence, 2016, p. 30).

Além disso, os vários relacionamentos temporários que a personagem vive de forma superficial revelam o trauma sofrido e o impacto que ele causa em relacionamentos futuros. O comportamento da mãe de Karina em relação ao casamento também serve para problematizar o casamento e a maternidade – antes considerados como único destino às mulheres –, e como isso já se transformou nas novas gerações. Esse aspecto pode ser observado em um dos diálogos entre Karina e a avó, sua grande amiga e conselheira, sobre o comportamento da mãe de Karina, como vemos no trecho a seguir:

Sua mãe escolheu viver sob a pata de seu pai. Foi uma escolha dela. Sua mãe nunca gostou muito da liberdade que eu dava pra ela, ela se sentia... solta demais. Demorei muito pra aceitar isso, mas eu entendo agora. Para você um relacionamento como o dos seus pais

seria uma prisão, para mim também, mas não para ela: ela não se sente aprisionada, ela se sente segura (Florence, 2016, p. 64-65).

Nesse sentido, a autora consegue discutir outros aspectos da violência que atinge as mulheres sem, no entanto, reforçar a categoria de vítima, mostrando que, assim como a personagem conseguiu lidar com o trauma e as marcas invisíveis que ficam depois da experiência de uma violência sexual, é possível superá-las. Considerando o público-alvo da obra e a pouca discussão sobre essas questões na literatura contemporânea, o romance de Stella Florence, apesar de não trazer uma estrutura narrativa ou personagens mais complexas, pode ser um instrumento interessante para fomentar o debate sobre a violência contra a mulher entre o público jovem, contribuindo, dessa forma, para a construção de um novo olhar sobre a violência de gênero.

Referências

BRASIL (2006). Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, n. 151, seção 1, p. 1, 8 ago.

FLORENCE, Stella (2012) *Só saio daqui magra*. Rio de Janeiro: Rocco.

FLORENCE, Stella (1999) *Hoje acordei gorda*. Rio de Janeiro: Rocco.

FLORENCE, Stella (2016) *Eu me possuo*. São Paulo: Panda Books.

JACOB, Patrícia (2009). *A ferida invisível: um estudo sobre abuso sexual e suas consequências nos relacionamentos amorosos*. Monografia (Especialização em Terapia de Família e Casal) - Centro de Estudos da Família e do Indivíduo, Cuiabá. Disponível em: <https://goo.gl/14Rvez>. Acesso em: 26 nov. 2016.

MACHADO, Lia Zanotta (1998). Masculinidade, sexualidade e estupro: as construções da virilidade. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n. 11, p. 231-273.

MARDOROSSIAN, Carine (2004). Toward a new feminist theory of rape, *Gender Studies*, Chicago, v. 27, n. 3, p. 243-275.

SAFFIOTI, Heleieth (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo.

SCHRAIBER, Lilia Blima et al. (2005) *Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos*. São Paulo: Unesp.

SEGATO, Rita Laura (2003). *Las estructuras elementales de la violencia*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.

VIGARELLO, Georges (2012). *As metamorfoses do gordo: uma história da obesidade*. Petrópolis: Vozes.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION (2013). *Global and regional estimates of violence against women: prevalence and health effects of intimate partner violence and nonpartner*. Edited by Penny Howes. Geneva: WHO. Disponível em: <https://goo.gl/yD56lk>. Acesso em: 13 dez. 2016.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION (2002) *World report on violence and health*. Edited by Etienne G. Krug et al. Geneva: WHO. Disponível em: <https://goo.gl/1Sfjn3>. Acesso em: 13 dez. 2016.

Recebido em 13 de dezembro de 2016.

Aprovado em 13 de fevereiro de 2017.